



## **POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA O ENSINO MÉDIO: SENTIDOS DE EDUCAÇÃO NO IFMT DE PRIMAVERA DO LESTE (MT)**

(<sup>1</sup>) Eliane Aparecida da Silva

*Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU – Mestrado Em Educação – UFMT – Rondonópolis (MT),  
Brasil. E-mail: [elih.aps@gmail.com](mailto:elih.aps@gmail.com)*

**Resumo:** Este artigo integra uma pesquisa em andamento cujo objetivo é investigar como a Educação e/ou a Educação profissional integrada ao Ensino Médio é significada no IFMT e quais as implicações deste processo para o modo como os sujeitos que constituem o contexto da prática entendem educação e currículo e como significam a produção de sentidos produzidas nos textos normativos oficiais. Com base nas discussões pós-estruturais de currículo de Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, focamos inicialmente as orientações para o ensino médio em documentos curriculares oficiais nacionais (resoluções, diretrizes, decretos e Pareceres) e também nos documentos normativos produzidos pelo IFMT objetivando evidenciar como os sentidos de educação e educação profissional integrada ao ensino médio atuam nesses textos e quais as implicações da recontextualização desses textos políticos produzem na organização da escola (IFMT).

**Palavras-chave:** Políticas de Currículo; Ensino Médio; Educação Profissional; Currículo Integrado.



## 1. INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais foram criados pela Lei N. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e desde então há uma crescente expansão da rede. Em Mato Grosso, no ato da criação foram integrados aos Institutos Federais o (Centro Federal de Educação Tecnológica) CEFET Mato Grosso (em Cuiabá), o CEFET Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Nesse ano de 2016 há 14 campi em funcionamento e três campus avançado. Conforme a referida lei, o IFMT é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

De acordo Art. 7º da Lei 11.892, os Institutos Federais têm como um dos seus objetivos “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”;

Nesse processo de expansão e interiorização as contradições sobre o ensino médio integrado têm ganhado cada vez mais espaço. Continuamente ressurgem novos temas, outros conceitos e novas ideias que povoam espaços de conflitos, onde a luta pela significação da educação que deve ser legitimado exclui outros significados de educação, compondo este cenário como um contexto muito específico.

O entendimento do que vem a ser o ensino médio integrado se modifica na medida em que as disputas produzidas nos processos educativos da escola se fazem através da tradução dos textos políticos normativos do ensino médio e educação profissional integrada ao ensino médio

Estes textos políticos (diretrizes curriculares, resoluções e leis) são escritos na tentativa de determinar um conceito que norteará o currículo na formação pretendida nos Projetos Pedagógicos dos cursos e isso também se dá no IFMT Primavera do Leste, a partir da recontextualização desses textos.

Um texto político assume vários significados, considerando os contextos e os sujeitos que o leem. Nenhum texto é tão rígido ou autoritário, há sempre algo que escapa e que abre à possibilidade para produção de diferentes sentidos



No Projeto Pedagógico Institucional do IFMT (PDI – 2014-2018) explicita-se uma concepção de currículo integrado, tendo por base o conceito de educação Politécnica e integrada. Segundo Saviani,

Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, sua essência. (Saviani, 2003, p.140).

De acordo com Frigotto (2012), o conceito de politecnia foi introduzido na história da educação na tentativa de uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica.

Saviani (2003) esclarece que em estudos feitos nas obras de Marx, Manacorda conclui que a expressão “educação tecnológica” traduziria com mais precisão a concepção marxiana do termo “Politecnia”. Saviani adverte que o termo “tecnologia” foi apropriado pela concepção burguesa dominante de educação e, assim, “politecnia”, na afirmação de Saviani (2003), seria o termo “mais apropriado para definir uma concepção de educação voltada explicitamente para superação da divisão social do trabalho determinada por uma sociedade cindida em classes”

Com esses pressupostos, o ensino médio integrado, no que se refere à educação politécnica, tem o objetivo de romper a dualidade educacional pela superação da dualidade de classes. (FRIGOTTO, 2012)

Ainda nesse contexto,

[...] na mesma semana que se assinou o novo decreto que apontava para o ensino médio integrado, tanto no sentido da concepção de educação politécnica quanto, na travessia, de uma base profissional não reduzida ao adestramento e nem a polivalência, o MEC procedeu uma reestruturação que formalmente aponta o dualismo. De um lado, a Secretaria de Educação Básica e, de outro, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ambas com responsabilidade sobre ensino médio. (FRIGOTTO, 2012, p. 45)



Nesse sentido, os textos produzidos para atender o ensino médio no IFMT são de responsabilidade de duas secretarias, esses documentos são lidos (traduzidos) no espaço da escola mediante intensos debates.

No processo de consolidação do IFMT enquanto promotor de educação básica de nível médio integrado à formação profissional, nessa pesquisa em/ específico, o câmpus de Primavera do Leste (MT), criado pela portaria Ministerial nº 993, de 7 de outubro de 2013, o campus está ainda no programa de expansão que compreende os cinco (05) primeiros anos a partir de sua criação e nesse sentido desenvolve ações para definir uma identidade profissional que se torne referência regional nos eixos tecnológicos definidos no processo de implantação.

Dentre as metas estabelecidas para alcançar tal objetivo, a formulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos, torna-se espaço de disputa de poder, no que se refere à organização curricular e ao perfil do estudante/profissional a ser formado.

As definições curriculares do IFMT, conforme consta em seu Projeto Político Institucional (PDI- 2014-2018), têm por princípio norteador, o currículo integrado.

Segundo Lopes,

[...] o atual discurso em defesa do currículo integrado nas definições curriculares oficiais e no pensamento curricular, não implica a superação das disciplinas escolares ou mesmo a diminuição de seu poder na seleção e na organização do conhecimento escolar. A organização curricular nas escolas permanece centrada nas disciplinas escolares, mesmo quando propostas de currículo integrado são desenvolvidas e/ou valorizadas. (LOPES, 2008, p.82)

Em razão das discussões sobre integração curricular e currículo disciplinar a elaboração das propostas curriculares se tornam complexas e reduzidas as disputas de conteúdos na tentativa de formação de um sujeito definido pelo modelo de organização da escola.

## **2. METODOLOGIA**

Essa pesquisa se constitui em uma investigação de políticas de currículo para o ensino médio no Brasil e para a o ensino médio integrado a formação profissional no IFMT - câmpus de Primavera do Leste (MT).



Do ponto de vista metodológico, nessa pesquisa utilizo a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe (MAINARDES, 2006, p. 47). Essa abordagem tem sido utilizada em diferentes pesquisas como referencial teórico analítico para o estudo de políticas educacionais. Conforme afirma Mainardes,

[...] a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. (MAINARDES, 2006, P. 48).

Nessa pesquisa, a análise os documentos normativos (Resoluções, Pareceres, Diretrizes) e demais legislações específicas que orientam a oferta e o atendimento ao ensino médio e ao ensino médio integrado com o objetivo de evidenciar o que está sendo privilegiado nesses documentos, as intencionalidades em disputa e as contradições que podem ou não apresentar. Para essa pesquisa, fazem parte da empiria os seguintes documentos oficiais:

- **Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- **Parecer CEB N.º 15/98** - Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio
- **Parecer CNE/CEB N° 7/2010** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
- **Resolução N° 2, DE 30 de janeiro de 2012** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
- **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências
- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 IFMT**

A pesquisa terá como base de análise os três contextos principais da abordagem do ciclo de políticas: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. “Cada



um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates.” (BOWE et al., 1992).

[...] contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. [...] contexto de produção de texto são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política [...] contexto da prática é onde a política está sujeita a interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original [...] as políticas não são simplesmente “implantadas” dentro dessa arena (contexto da prática), mas estão sujeitas a interpretação e, então, a serem “recriadas”. (MAINARDES, 2006, P.51-53).

Para subsidiar as discussões no campo do currículo, me aproprio das discussões pós-estruturais de Lopes e Macedo, que assumem o currículo “[...] como prática discursiva, isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos.” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41).

Portanto, entendo que o currículo é significado a partir dos discursos, de relações de poder, é uma prática cultural que significa continuamente a realidade educativa.

Segundo (LOPES; MACEDO, 2011, p.40), “cada uma das tradições curriculares é um discurso que se hegemonizou e que, nesse sentido, constituiu o objeto do currículo, emprestando-lhe um sentido próprio [...] São um ato de poder, na medida em que esse sentido passa a ser partilhado e aceito.”

A partir da noção de currículo como prática cultural de significação e das formas que os textos políticos são interpretados e ressignificados a partir da análise dos documentos normativos oficiais (diretrizes, orientações, pareceres, resoluções) entendo que sentidos são produzidos por esses documentos, considerando que esses textos políticos são recontextualizados, ou seja, são lidos em contextos diferentes daqueles em que foram produzidos, havendo assim tradução de sentidos quando lidos pelos sujeitos da prática (dos IFMT).

Nessa perspectiva,

No caso dos textos curriculares, escritos no que Ball, Bowe e Gold (1992) denominam contexto da produção de texto político, estamos tratando de documentos oficiais e de textos legais, mas também, entre outros, de materiais produzidos a partir desses textos, visando a sua maior popularização e aplicação. Há em sua formulação, interesses e crenças diversos, fazendo com que o (s) projeto (s) sobre o que significa educar, definido (s) no contexto da influência, seja (m) relido (s) diferentemente pelos sujeitos no momento da representação da



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

política nos textos. Também tal (is) projeto (s) muda (m) de acordo com diferentes eventos e circunstâncias. (BALL; MAINARDES, 2011, p. 258-259).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após a análise total dos documentos normativos oficiais e entrevista com os sujeitos da prática do IFMT – Primavera do Leste-MT, será apresentado como resultado da pesquisa o que os textos privilegiam a respeito do currículo e os sentidos de educação que esses textos representam e ainda, em relação a essa produção de sentidos o que os sujeitos da prática, nessa pesquisa representada pelos coordenadores do cursos técnicos integrados ao nível médio, o diretor geral, diretor de ensino, coordenador pedagógico e professores do contexto da prática já mencionado, compreendem esse processo e constituem o currículo e a organização da escola a partir desse entendimento.

### **4. CONCLUSÃO**

Essa pesquisa está na fase inicial e tem a pretensão de investigar como a Educação e/ou a formação de nível médio integrado à formação profissional é significada no IFMT e quais as implicações deste processo.

Temos nesta pesquisa o IFMT, Câmpus Primavera do Leste (MT), como contexto da prática, onde “os textos do contexto de produção do texto político e os discursos do contexto da influência são submetidos à recriação e interpretação, modificando sentidos e significados”. (LOPES; MACEDO, p. 247).

À princípio a pesquisa conta com a leitura e análise de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e IFMT/Reitoria e Câmpus de Primavera do Leste (MT). Também serão realizadas entrevistas. Os sujeitos definidos para as entrevistas são: Diretores Geral e de Ensino, coordenador pedagógico, (04) coordenadores de curso e (03) professores



## 5. REFERENCIAS

BRASIL. 1996. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996

BRASIL. 2008. **Lei n.º 11892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União de 30.12.2008

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**/Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos (Orgs). – 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2012

LOPES, Alice. C. e MACEDO, Elizabeth. F. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. C. e MACEDO, Elizabeth. F. As contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: Stephen J. Ball, Jefferson Mainardes (organizadores). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. P. 248-282

MAINARDES, Jeferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol 27, n.º 94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

<http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/apresentacao-e-historico/> Acesso em 14/07/2016 as 22h